

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PANDEMIA DA COVID-19: A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS

Fernanda Leal

Doutora em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Brasil, e secretária-executiva na Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi pesquisadora visitante no Center for International Higher Education (CIHE), Boston College (BC), Estados Unidos (agosto de 2018 e fevereiro de 2020).

fernanda.leal@ufsc.br

Entre junho e julho de 2020, a América Latina se tornou o epicentro da pandemia do novo coronavírus, sendo o Brasil o país com maior número de casos e óbitos da região. Com o primeiro caso confirmado em fevereiro e o primeiro óbito em março, no fim de novembro o número de contaminados ultrapassava 6 milhões e o número de óbitos alcançava 170 mil. A negação do governo federal sobre a seriedade do vírus tem sido compreendida como um dos fatores contributivos para esse alarmante cenário.

Dada a centralidade que a educação superior ocupa nas sociedades contemporâneas, as implicações da pandemia no setor e seu papel diante da crise têm se constituído como importantes objetos de estudo e debate, sobretudo no que diz respeito às questões

de continuidade da oferta das atividades de ensino e, particularmente, às perspectivas e aos efeitos do ensino remoto. A complexidade desse setor na atual conjuntura se intensifica pelo fato de que as universidades são instituições confrontadas por uma série de ordens normativas e lógicas culturais, com diferentes prescrições para a ação, o que as inibe de satisfazer plenamente às expectativas sociais.

“

As universidades são instituições confrontadas por uma série de ordens normativas e lógicas culturais, com diferentes prescrições para a ação, o que as inibe de satisfazer plenamente às expectativas sociais

”

Nesse cenário, a educação superior brasileira é um caso que merece atenção, sobretudo diante do processo de expansão e democratização evidenciado no sistema federal no período de 2007 a 2018 e dos entraves constatados a partir de 2019. Assim, neste artigo apresento um panorama do papel exercido pelas universidades públicas federais brasileiras no enfrentamento à pandemia da Covid-19, com ênfase na importância da extensão como função universitária.

O atual contexto da educação superior pública brasileira: Da expansão e democratização aos cortes orçamentários e ameaças à autonomia universitária

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído em 2007, representou um dos marcos do processo de democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras. Seu objetivo foi a implementação de uma série de medidas para retomar o crescimento da educação superior pública, com o propósito mais amplo de diminuir as desigualdades sociais do país. Em essência, o Programa criou condições para que as IFES promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede e buscassem condições de permanência para os estudantes que passavam a integrar esse contexto. Somadas às ações afirmativas e as políticas de cotas, as ações do Reuni representaram uma ruptura da lógica elitista que, até então, caracterizava o setor.

Contudo, desde janeiro de 2019, com o ingresso de uma administração de extrema direita no país, o sistema público de educação superior –sobretudo o federal, no qual as políticas federais e o Ministério da Educação (MEC) são mais influente– tem sido sujeitado a uma série de incertezas e controvérsias.

Entre as circunstâncias observadas desde então, são marcantes: a) A instabilidade na gestão do MEC, com a troca de ministro pela quarta vez consecutiva; b) Os ataques às humanidades e a descredibilidade conferida à instituição universitária pública; c) Os crescentes cortes orçamentários nas IFES e na ciência e tecnologia, com previsão de redução de mais 18% (cerca de 1 bilhão de reais) nas despesas discricionárias (pagamentos, investimentos, auxílios estudantis) das IFES em 2021; e d) As ameaças à autonomia universitária, que incluem intervenções do Governo nas escolhas de reitor.

“

Além das tentativas de interferir na administração universitária, o MEC tem buscado ampliar a oferta de educação a distância nas IFES de forma permanente

”

Muitas dessas medidas têm sido impostas sem diálogo com reitores, comunidades universitárias, entidades representativas ou movimentos estudantis. Além das tentativas de interferir na administração universitária, o MEC tem buscado ampliar a oferta de educação a distância nas IFES de forma permanente, tendo institucionalizado grupos de trabalho para apresentar estratégias nesse tema. A situação de pandemia tem servido como um contexto conveniente para inserir no sistema público uma lógica que dominou o setor privado/de fins lucrativos. No entanto, questões como a qualidade do ensino e o acesso dos estudantes às tecnologias necessárias necessitam ser amplamente e democraticamente discutidas, sobretudo diante dos riscos de desigualdade digital.

Implicações, desafios e possibilidades impulsionadas pela pandemia da Covid-19 na educação superior pública brasileira

Ao exercerem sua autonomia, as IFES têm desempenhado um papel importante no combate ao coronavírus. Após alguns meses de adaptação, elas encontraram estratégias para dar continuidade à função de ensino de forma remota. Além disso, nunca deixaram de desenvolver suas atividades de pesquisa e extensão. Reitores e ex-reitores de importantes universidades públicas, como Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Marcelo Knobel, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), argumentam que o momento atual tem, inclusive, contribuído para a conversão de sua crise de legitimidade perante a sociedade brasileira – uma realidade em parte provocada não somente pelo seu histórico elitista, mas também pela ataques que essas instituições sofreram recentemente.

“

As universidades públicas brasileiras são responsáveis por 95 % da pesquisa do país

”

De fato, as universidades públicas brasileiras são responsáveis por 95% da pesquisa do país. No atual contexto, têm realizado testes da vacina Covid-19 e pesquisas em diversos tópicos relacionados à pandemia. Além disso, suas vozes combinadas são contrapontos essenciais à negação da gravidade do vírus e à ideia de “ciência como ficção verbal” propagada pelo Governo. Complementarmente, elas têm atuado em diferentes frentes no combate ao vírus, por exemplo, com a prestação de serviços de saúde gratuitos nos hospitais universitários.

Tais iniciativas sinalizam a potencialidade que as universidades públicas brasileiras têm de contribuir com a sociedade brasileira diante da atual crise. Enfatizo, aqui, a importância do seu legado extensionista, frequentemente silenciado pelos diversos instrumentos de avaliação de “qualidade” contemporâneos. Em sentido amplo, a extensão universitária viabiliza uma associação direta entre qualidade e relevância, o que induz a um questionamento de tendências contemporâneas como a busca incessante de prestígio internacional; os contratos precários de trabalho; a submissão acrítica de temas de pesquisa e currículos de ensino às demandas do mercado mundial; e a ideia de estudantes como clientes.

Originalmente e em sentido amplo, a extensão se associa à contextualização das atividades universitárias; atua como motor da prática universitária e fomenta o diálogo entre o saber científico e o popular, permeando e transformando o ensino e a pesquisa. No contexto da crise impulsionada pelo alastramento da Covid-19, projetos extensionistas conduzidos por universidades públicas brasileiras têm impactado de forma positiva diversos campos da vida social. Alguns exemplos incluem:

- Fabricação de materiais de proteção disponibilizados gratuitamente para hospitais, associações e indivíduos;
- Fornecimento de esclarecimentos gerais à sociedade e apoio profissional para governos locais em assuntos relacionados ao vírus e à pandemia;
- Consultorias para minimizar os efeitos da pandemia na economia, bem como realização de estudos e relatórios sobre seus efeitos socioeconômicos em famílias bra-

sileiras, presídios, comunidades indígenas e em diferentes regiões do país;

- Auxílio a populações locais e grupos minoritários para enfrentar os diversos desafios impostos pela pandemia (por exemplo, estudantes de escolas públicas que não têm acesso ou não estão familiarizados com a educação à distância; ajuda para alunos que são mães ou pessoas que sofrem violência doméstica, etc);
- Prestação de assistência direta a imigrantes e/ou refugiados durante a pandemia; e
- Promoção de atividades culturais remotas para ajudar aqueles que enfrentam o isolamento social.

A despeito da ideia dominante de que a pandemia em curso afeta as vidas de todos os sujeitos, é fato que seus efeitos não avassalam tais vidas em formas e graus de intensidade semelhantes. Assim, o combate aos seus efeitos discriminatórios deve se dar por vias de ações que visem a transformar a realidade, incluindo a realidade das próprias instituições designadas a atuar no seu combate. Quando sujeitada à lógica produtivista do capital, distanciada de sua autonomia (condicionada à sociedade) e de sua função social (por vias da extensão), a universidade pública pouco tem a contribuir com os assuntos relevantes da sociedade em que se integra. A pandemia é, portanto, uma oportunidade de reimaginar essa instituição; vislumbrar novos horizontes de possibilidades para a sua existência a partir do fortalecimento uma de suas missões fundamentais: a extensão universitária.

“ A despeito da ideia dominante de que a pandemia em curso afeta as vidas de todos os sujeitos, é fato que seus efeitos não avassalam tais vidas em formas e graus de intensidade semelhantes ”
